

prioridade à crise da dívida

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Uma das mais importantes comissões do Congresso dos Estados Unidos iniciou suas atividades da legislatura de 1989 analisando o problema da dívida dos países pobres. Os deputados enfatizaram que a própria colocação desse tema como o primeiro do ano mostra a alta prioridade que deverá merecer este ano no Congresso, mas ouviram logo a advertência do presidente do comitê de bancos credores do Brasil, William Rhodes, de que será prejudicial a adoção de qualquer legislação que obrigue os bancos a fazer concessões sobre a dívida.

Uma das testemunhas convidadas a depor ontem, William Rhodes, do Citibank, defendeu a continuação do sistema em que o problema da dívida é tratado na base do caso-a-caso e de concessões voluntárias dos bancos. Ressaltou que isso tem dado resultados bastante positivos, citando como exemplo o acordo de reescalonamento obtido pelo Brasil no ano passado. Na opinião do banqueiro, as concessões obtidas pelos brasileiros naquele acerto representam a abertura de "uma nova fase" em busca de uma solução para a crise.

Rhodes repetiu as previsões dos especialistas do Citibank sobre a possibilidade de o Brasil reduzir sua dívida externa total em US\$ 18 bilhões até 1993 e chamou a atenção dos deputados americanos para o fato de somente em 1988, graças ao novo acordo, o total dos débitos externos brasileiros já ter baixado em US\$ 6 bilhões. Finalmente, Rhodes afirmou que a moratória do Brasil mostrou aos demais devedores que esse caminho não funciona, citando que o Peru acaba de anunciar sua disposição de voltar a negociar com os bancos.

Outros — O depoimento de Rhodes e outros cinco convidados abriu os trabalhos deste ano da poderosa Comissão de Bancos, Finanças e Assuntos Urbanos da Câmara dos Deputados. No ano passado, a questão esteve sendo tratada numa das numerosas subcomissões e a mudança para o plenário da comissão significa que está mesmo aumentando a prioridade que a discussão do tema vem ganhando no Congresso dos Estados Unidos. A sessão de ontem foi bastante prejudicada, contudo, porque a maioria dos deputados tinha de se ausentar frequentemente do salão onde se desenvolviam as discussões, pois havia outras reuniões simultâneas no Legislativo por ser o primeiro dia de trabalhos da legislatura.

No segundo grupo de depoentes, junto com Rhodes, falaram também Allan Mendelowitz, um dos diretores da GAO, agência federal que controla as contas públicas, e Fred Bergsten, diretor do Instituto de Economia Internacional, um dos principais especialistas de Washington na questão da dívida. Mendelowitz disse que seu departamento já compu-



Rhodes: o exemplo do Brasil

tou a existência de mais de 25 diferentes planos para solucionar a crise da dívida. Ele concluiu, porém, que no fundo de todas as concessões que podem ser feitas estará a decisão política dos governos dos países devedores de realizar substanciais reformas econômicas e de outros tipos.

Bergsten destacou a importância de se conectar a crise da dívida com a conjuntura econômica internacional, como a crise da economia americana e, especialmente, a tendência de uma nova escalada nas taxas de juros internacionais. Lembrou que o déficit fiscal americano continua crescendo e o país se tornou o maior devedor do mundo, precisando buscar US\$ 10 bilhões em empréstimos no exterior a cada mês. "Estamos tratando aqui da crise da dívida externa do Terceiro Mundo, mas os Estados Unidos também tem sua própria crise de dívida externa", afirmou.

A solução para a crise, segundo Bergsten, deverá se basear em três pontos principais: o Banco Mundial deverá oferecer garantias para novos *bônus de saída*, através dos quais os bancos que desejarem ofereceriam descontos que poderiam chegar a reduzir a dívida externa dos países do Terceiro Mundo em US\$ 40 bilhões ou US\$ 50 bilhões; o Japão e outros países credores devem ser incentivados a conceder créditos aos países devedores para que eles possam comprar no mercado secundário os títulos de suas próprias dívidas que estão sendo negociados ali com grandes desconto; o Banco Mundial, o Banco Interamericano e o FMI devem ter seus capitais elevados para fornecer maiores linhas de crédito aos países em desenvolvimento.

O efeito sobre as populações

A primeira parte dos depoimentos foi dedicada a uma análise mais social e humana do problema da dívida externa, enfatizando as dificuldades que a crise vem criando para as populações dos países devedores. Richard Jolly, diretor da agência das Nações Unidas para auxílio às crianças, Unicef, lembrou que um ministro da Tanzânia tinha um dia indagado: "Será que devemos deixar nossas crianças morrerem de fome para pagar a dívida?" Jolly afirmou que a resposta a essa pergunta tem sido afirmativa. "Crianças estão morrendo por causa da dívida", disse ele, citando estudos das Nações Unidas sobre a queda do padrão de vida nos países devedores da África e da América Latina.

Nesta mesma linha foi o depoimento do padre Bryan Hehir, da Comissão para Política Social da Conferência Católica Americana. Ele fez questão de destacar que não só os missionários católicos como de outras religiões têm "acompanhado o

sofrimento dos mais pobres da América Latina e África" desencadeado pela crise da dívida.

Per Pinstup-Andersen, professor de economia especializado em nutrição da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, disse fez um relato das consequências da crise da dívida nos hábitos alimentares das populações pobres da América Latina e África, ressaltando o aumento do índice de mortalidade infantil no Brasil. Ele criticou os modelos econômicos impostos aos países devedores, afirmando que "o argumento de que é preciso primeiro o desenvolvimento econômico é errado em muitos casos", nos quais é preciso cuidar logo das questões sociais.

A comissão prossegue seus trabalhos hoje quando vão depor o ex-ministro da Fazenda do Brasil Luiz Carlos Bresser Pereira e o presidente do Banco Central da Costa Rica, entre outros. (R.C.A.)